



ARES AGÊNCIA
REGULADORA
PCJ



VIII Seminário de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ

Regulação e melhoria contínua: a atuação da ARES-
PCJ nos sistemas de abastecimento de água.

FORMAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ARES-PCJ

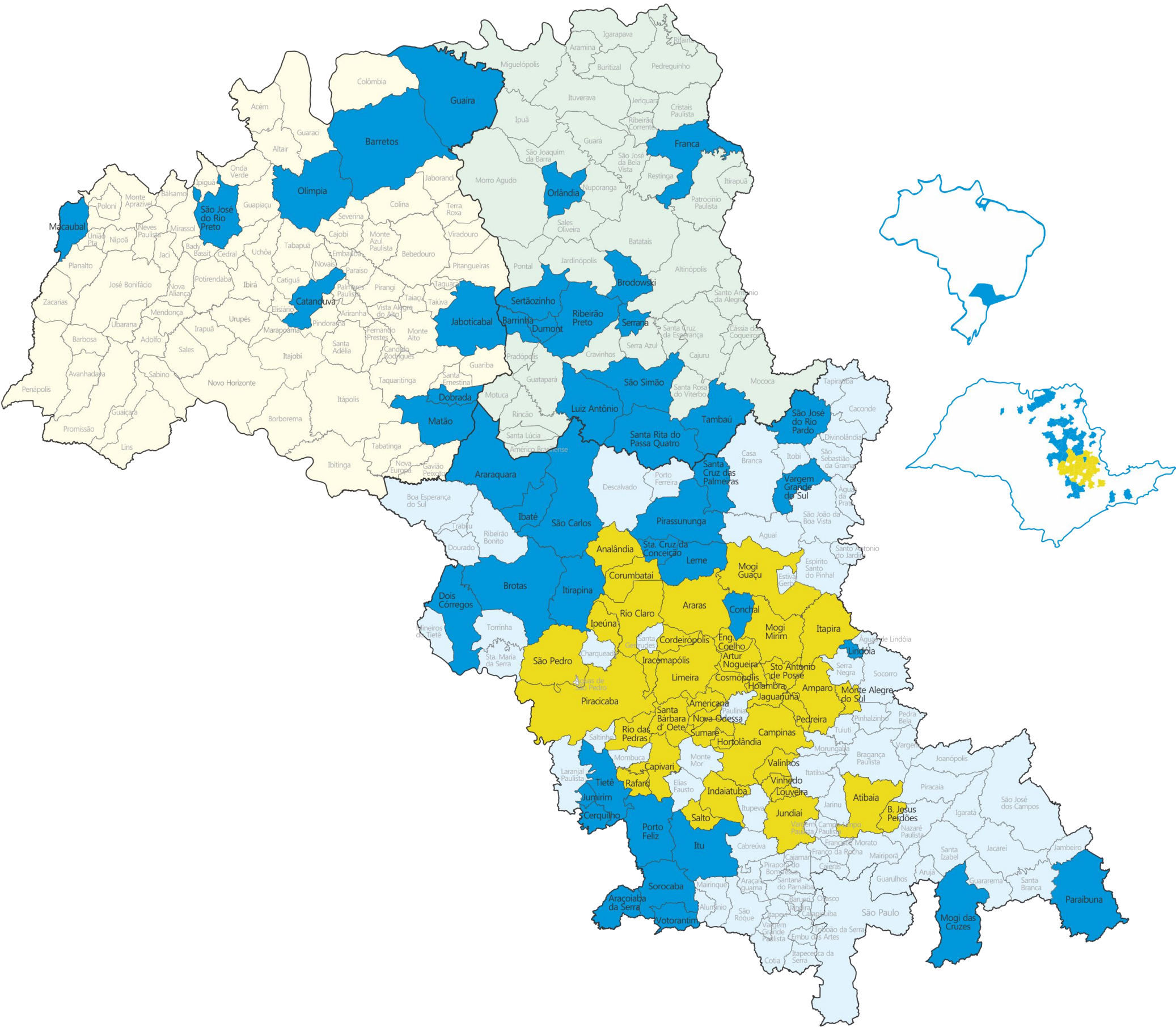
- A **ARES-PCJ** – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, é **associação pública**, criada em maio de 2011 na forma de **consórcio público de direito público**, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), para atuar exclusivamente na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, em atendimento à Lei Federal nº 11.445/2007 (Diretrizes nacionais para o Saneamento Básico).

Atuação ARES-PCJ

- Município Consorciado - 40
- Município Conveniado - 44

Município nº habitantes	Municípios Associados	População Total
Até 10 mil	11	75.039
10 mil - 50 mil	29	829.932
50 mil - 100 mil	16	1.062.626
100 mil - 200 mil	12	1.707.947
200 mil - 500 mil	12	3.810.357
500 mil - 1 milhão	3	1.987.456
> 1 milhão	1	1.185.977
TOTAL	84	10.659.334

Natureza - Prestador	Água	Esgoto	Resíduos	Total
Prestação Direta	25	25	44	93
Autarquias Municipais	40	35	3	79
Empresa Municipal	3	2	-	5
Empresa Privada - Concessão	14	13	2	27
Empresa Privada - PPP	-	7	2	9
TOTAL	82	82	51	135



FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO

A regulação do saneamento básico pode ser dividida basicamente em dois componentes:
a **REGULAÇÃO TÉCNICA** e a **REGULAÇÃO ECONÔMICA**



REGULAÇÃO TÉCNICA:

Acompanhar a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico prestados. A fiscalização dos serviços e aferição de sua qualidade pode se dar por duas formas de acompanhamento: a fiscalização direta e a fiscalização indireta.

REGULAÇÃO ECONÔMICA:

O **Regulador** é o responsável pela regulação econômica dos contratos e da prestação direta (sustentabilidade).

LEI 11.445/2007

Art. 22. São objetivos da regulação: [...] IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária [...].

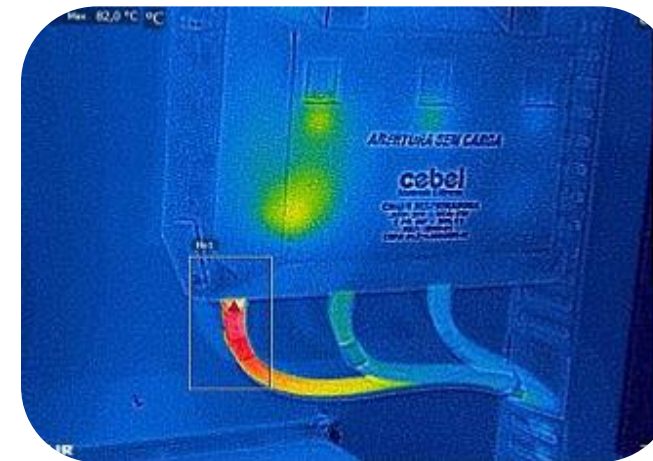
Art. 23. **A entidade reguladora**, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, **editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:** [...] V - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

REGULAÇÃO ARES-PCJ

Cooperação Institucional

Inovação

Regulação
Técnica



**Qualidade da Prestação
dos Serviços:**

- Solução de “não-conformidades”
- Equilíbrio na relação com usuários

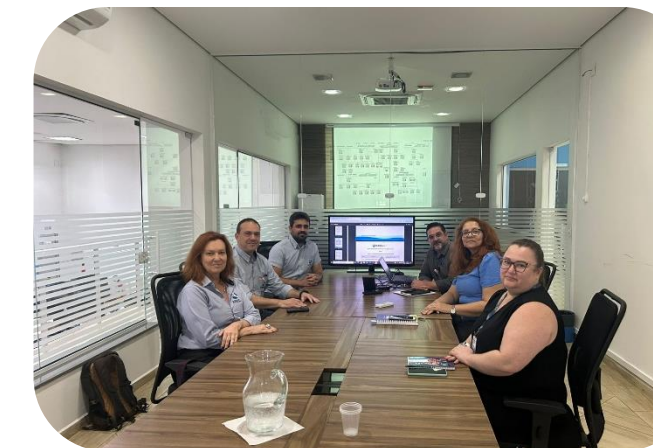
Regulação
Econômica



**Sustentabilidade Econ.
Financeira:**

- Reajustes Tarifários
- Revisões Tarifárias
- Equilíbrio Econ.-Financ. Dos Contratos de Concessão e PPPs

Apoio
Técnico



**Boas Práticas de
Gestão**

Inovação e Melhoria – Reg. Técnica

Fiscalização Evolutiva

Metodologia de fiscalização baseada no estágio de organização e nível de complexidade das operações, escalonando o planejamento e as ações de fiscalização, pela ARES-PCJ.

Objetivos:

- Adequar os procedimentos de fiscalização à cada realidade operacional
- Fomentar a evolução dos prestadores, sistematizando e agrupando os incrementos de eficiência
- Facilitar o apoio técnico da ARES-PCJ, em relação à atuação da ACADEMIA e difusão de “boas práticas” no âmbito da Agência

13	Modelagem hidráulica do sistema de abastecimento de água	Procedimento operacional padrão (POP) para ETA Centro de controle operacional (CCO) de água	Procedimento operacional padrão (POP) para ETE Centro de controle operacional (CCO) de Esgoto	Programa de manutenção anual (corretiva, periódica e preditiva)	Plano de substituição de redes	Balanço hídrico detalhado
8	Plano de combate às perdas e definição do nível econômico de perdas	Gerenciamento/ controle de pressão na rede	Banco de Dados Digital para Projetos de infraestrutura de Água e Esgoto	Registro de ocorrências, alarmes e manobras no sistema de água Registro de ocorrências, alarmes e manobras no sistema de esgoto	Plano de Contingência e Emergência	Procedimento operacional padrão (POP) dos demais serviços de água
5	Setorização do sistema de abastecimento de água Setorização do sistema de esgotamento sanitário	Planos de amostragem – tratamento de água e tratamento de esgoto	Sistema de telemetria	Balanço hídrico simplificado	Gestão de perdas físicas de água e fraude	Procedimento Operacional Padrão (POP) dos demais serviços de esgoto
3	Cadastro técnico da rede de água digital Cadastro técnico da rede de esgoto digital Procedimento de atualizações	Gestão do parque de hidrômetros	Gestão de cargos e quadro de funcionários e de prestadores de serviços terceirizados	Gestão de insumos usados no tratamento de água e esgoto	Gestão de faturas de energia elétrica	Gestão de ativos
2	Procedimentos de Hidrometria – Implantação e/ou aprimoramento de sistemas confiáveis de macromedição	Sinóptico do sistema Gestão de licenças, outorgas e demais documentações necessárias para instalação e operação das estruturas	Atendimento online	Procedimentos e gestão de cortes (por inadimplência)	Atendimento online	Depto. ou sistemática de compliance
1	Macroavaliação Gestão de informações regulatórias Relação dos grandes consumidores	Histograma de faturamento por categorias	Procedimento formal atualizado e divulgado para cadastro e classificação de novos usuários, inclusive quanto a situação da ligação em relação ao tratamento de esgoto	Gestão de descontos e isenções	Gestão de dívida ativa	Política e programa de comunicação ativa com a ERI
	1	2	3	5	8	13

Estágio atual:

Implementação de 07 projetos pilotos, nos municípios regulados e início da tomada de subsídios, com previsão de publicação e Ato Normativo e aplicação geral, a partir de Março/2026

Obrigado!

